



Representantes do Sindimed se reuniram com Aladilce Souza (PCdoB) e Joceval Rodrigues (PPS), líder da bancada do governo na Câmara, para garantir o abono da categoria médica

Sancionada prorrogação do abono salarial para médicos do município

Após a grande mobilização por parte do Sindimed e o empenho dos integrantes da Comissão de Saúde da Câmara Municipal, em especial e da vereadora e diretora do SindSaúde, Aladilce Souza (PCdoB), a prefeitura de Salvador sancionou, no dia 12 de agosto, o projeto que prorroga, até 30 de abril de 2017, o abono de R\$ 1.500 aos médicos municipais com carga horária de 20h semanais. Os profissionais deixaram de receber o repasse durante os meses de maio e junho, aguardando a renovação do abono, que dependia de votação específica na Câmara Municipal, a qual

foi realizada e resultou em aprovação unânime pela continuidade. O abono sancionado também é direcionado aos agentes de Suporte Operacional e Administrativo, na área de Serviços de Copa e Cozinha, no valor de R\$ 100.

Segundo a legislação, o benefício não se incorporará aos vencimentos, remuneração ou proventos e nem será considerado para efeito de cálculo de quaisquer outras vantagens. Sobre o abono não incidirá, ainda, descontos relativos às contribuições devidas ao Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município do Salvador.

Na tentativa de garantir o repasse

O benefício no valor de R\$1.500 é válido até 2017 e é voltado para profissionais com carga horária de 20h semanais

à categoria, o presidente do Sindimed, Francisco Magalhães, acompanhado de diretores do sindicato, se reuniu em julho com a vereadora Aladilce Souza (PCdoB) e Joceval Rodrigues (PPS), líder da bancada do governo na Câmara, além de encaminhar pedido de regularização do pagamento ao secretário de Saúde do município, José Antônio Rodrigues Alves.

Na visão do Sindimed, a necessidade de realizar votação para manter o repasse não faz sentido, uma vez que

a bonificação integra os salários e sua suspensão acarreta brusca queda do poder aquisitivo dos trabalhadores. O presidente do Sindimed defende que a renovação seja no tempo adequado, sem penalizar ainda mais os profissionais, cujo salário líquido, de R\$ 2.500, já é muito defasado. O fato de o abono não ser renovado automaticamente agrava a situação de privação financeira, na qual se encontram os médicos.

JETONS

Durante a reunião realizada em julho com os líderes do governo e oposição, os representantes do Sindimed pediram a supressão do artigo nº 3 do projeto de lei, que cria jetons para o Conselho Municipal de Tributos e outros conselhos. Jeton é a gratificação por participação em reuniões de órgãos de deliberação das esferas federal, estadual e municipal. Os líderes chegaram a um acordo sobre a necessidade de adequar a proposta à legislação eleitoral antes da votação em plenário.

Porém, ao sancionar o projeto, este artigo foi mantido, estando previsto na legislação para membros do Conselho Municipal de Tributos. “O jeton será pago até o máximo de oito sessões mensais a que comparecerem. Para os membros da Comissão de Comissão de Análise Prévia da Lavratura de Auto de Infração e Notificação Fiscal de Lançamento (Caplan), cuja composição contará com, no máximo, cinco membros, designados por ato da Secretaria Municipal da Fazenda, o “jeton” será pago até o máximo de quatro sessões mensais a que comparecerem”, diz o texto.



A assembleia definiu, entre outras demandas, discutir sobre campanha de mídia para denunciar a crise da estrutura da Saúde municipal

Desrespeito pode levar à paralisação

Os médicos do município se reuniram em assembleia no dia 3 de setembro, no Sindimed, quando voltaram a discutir as condições adversas de trabalho, a desvalorização por parte dos gestores e as pressões que sofrem no dia a dia.

Diante dos desrespeitos reiterados, a principal atitude orientada pelo Sindimed é que todos tomem conhecimento das Instruções Normativas e que se

passe a discuti-las com mais profundidade, para fazer valer o direito dos médicos.

Os médicos discutiram uma campanha de mídia para denunciar a crise da estrutura da Saúde municipal. Também esteve em pauta a paralisação dos serviços como forma de protesto e denúncia. O Cremeb está sendo comunicado sobre os problemas enfrentados pelos médicos do município.

Distorções

Já há algum tempo, a principal pressão que se abate sobre a categoria é a rigidez da normatização do ponto eletrônico. O sistema é contraproducente, não leva em conta as necessidades dos atendimentos e não tem uniformidade estrutural nas diversas unidades de Saúde. É urgente a revisão e a flexibilização que a natureza do serviço médico demanda. Da forma que está, os mais penalizados são os usuários.